Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

29 de Outubro de 2026
Brasília - DF

EDITAL DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE

N. 4129

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) notifica os(as) contribuintes listados(as) a seguir quanto à abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

O QUE ISSO QUER DIZER?

Isso significa que a PGFN identificou que os(as) contribuintes listados(as) foram administradores(as) de pessoas jurídicas que possuem débitos com a União inscritos em dívida ativa. Também foi verificado que essas pessoas jurídicas foram extintas irregularmente, isto é, encerraram suas atividades sem seguir as regras legais.

Quando uma pessoa jurídica é extinta de forma irregular, o(a) administrador(a) à época da extinção irregular poderá ser responsabilizado(a) pelos débitos da pessoa jurídica inscritos em dívida ativa.

Ao final deste Edital, é possível ver a tabela com a lista de contribuintes, de pessoas jurídicas devedoras, e respectivo número do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

Os(As) contribuintes listados(as) na tabela poderão ser considerados(as) devedores(as) dos débitos, ao final do Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade.

COMO NÃO SER RESPONSABILIZADO(A) PELOS DÉBITOS DA PESSOA JURÍDICA?

Somente o **pagamento** evita a responsabilização pelos débitos da pessoa jurídica.

A **negociação** dos débitos (parcelamento, transação) também é possível. Para negociar, o(a) contribuinte deve assumir a responsabilidade pelos débitos, assinando o Termo de Confissão, o que resultará na sua inscrição em dívida ativa da União. Enquanto durar a negociação, o(a) contribuinte não poderá ser protestado(a), seu nome não poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União não poderá cobrar a dívida na Justiça.

Se o(a) contribuinte não concorda com a responsabilização, pode apresentar uma **impugnação**, na qual deve ser comprovado que:

1. a pessoa jurídica está em funcionamento; ou
2. o(a) contribuinte não era administrador(a) da pessoa jurídica na data da extinção irregular; ou
3. a extinção seguiu as regras legais para o encerramento da pessoa jurídica.

O retorno da pessoa jurídica para a situação cadastral ativa não comprova a inexistência de anterior extinção irregular!

Se a impugnação não for aceita, o(a) contribuinte será considerado(a) devedor(a) dos débitos inscritos em dívida ativa.

Nesse caso, o(a) contribuinte pode apresentar recurso contra a decisão. O(A) contribuinte somente deixa de ser devedor(a) se o recurso for aceito.

Sendo considerado(a) devedor(a) dos débitos, o(a) contribuinte poderá ser protestado(a), seu nome poderá ir para SERASA, SCPC e CADIN, e a União poderá cobrar a dívida na Justiça.

ONDE FAZER ESSES PROCEDIMENTOS?

O pagamento, a negociação, a impugnação e o recurso devem ser feitos no portal de serviços da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Regularize: regularize.pgfn.gov.br.

Os(As) contribuintes devem fazer o cadastro no Regularize, para acessar os procedimentos. **O cadastro deve ser feito no nome e CPF dos(as) contribuintes listados(as) neste Edital.**

No Regularize, acessar a opção **"Impugnar/Recorrer - Procedimento Administrativo" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

COMO ACOMPANHAR O PROCESSO E SE COMUNICAR COM A PGFN?

A partir do cadastro no Regularize, todas as comunicações, acesso à decisão da impugnação e do recurso serão feitas por meio da caixa de mensagens do Regularize.

Para acessar a caixa de mensagens, basta clicar no símbolo de "carta" da cor verde que fica no canto superior direito da tela do Regularize.

O(A) Procurador(a) da Fazenda Nacional poderá pedir informações complementares, por meio da caixa de mensagens, devendo o(a) contribuinte ficar atento(a).

QUAL O PRAZO PARA ADOTAR ALGUM DESSES PROCEDIMENTOS?

A impugnação deve ser feita no prazo de 30 dias corridos contados da publicação deste Edital no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **"Serviços e Orientações" > "Editais" > "Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade"**.

O recurso deve ser feito no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da notificação da decisão de impugnação. A notificação é feita por meio da caixa de mensagens no Regularize.

Orientações detalhadas sobre o Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade podem ser encontradas no sítio da PGFN na internet (pgfn.gov.br), no menu **“Serviços e Orientações” > “Orientações de serviços aos contribuintes” > "Carta de Serviços" > “Impugnar / Recorrer procedimento de reconhecimento de responsabilidade”**.

Este Edital está embasado na seguinte fundamentação legal: Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 135, inciso III; Decreto n. 3.708, de 10 de janeiro de 1919, art. 10; Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, art. 4°, § 2°; Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002, art. 20-D, inciso III; e Portaria PGFN n. 948, de 15 de setembro de 2017.

Se os débitos estiverem extintos, pode desconsiderar esta notificação e não precisa fazer contato ou adotar nenhum outro procedimento.

Vamos regularizar a sua dívida? A PGFN está disponível para encontrar uma solução.

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
MACILHO VIEIRA DE OLIVEIRA	***.990.***-**	ELITE VIDROS E SACADAS LTDA	31.880.714/0001-65	1234812488
ELIZANE DA SILVA SANTOS	***.439.***-**	ELIZANE DA SILVA SANTOS LTDA	33.837.395/0001-30	1234725085
ADILSON VIEIRA DOS SANTOS	***.933.***-**	EDUCANDARIO GLOBO LTDA	13.374.186/0001-90	1234781230
JOSE VALDICK DE CARVALHO	***.151.***-**	TJ COMERCIO E SERVICOS LTDA	37.420.958/0001-41	1234797153
ALOIZIO MOREIRA DOS SANTOS	***.038.***-**	A M DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS E HIDRAULICAS LTDA	09.455.212/0001-38	1234805520
PEDRO JOEL RODRIGUES	***.403.***-**	P. J. RODRIGUES CONSTRUCOES LTDA	16.367.273/0001-09	987147097
JOHNNY ROBERT KRIEGER	***.732.***-**	KRIEGER INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	04.890.793/0001-12	1187412661
JOSE MARLON DUTRA	***.805.***-**	TPCO ENGENHARIA LTDA	08.931.964/0001-65	1234826194
YURI LACERDA LINS LOBATO	***.412.***-**	KFZ COMERCIO E SERVICOS LTDA	35.353.624/0001-77	1234740102
MARCELO ALOZEN	***.547.***-**	GRAMTOP TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO LTDA	11.264.799/0001-40	1234792018
ALEXANDRE BOING	***.667.***-**	ALU BOND ESQUADRIAS LTDA	22.705.075/0001-00	1208075481
EDISON RONALDO MIRANDA	***.958.***-**	JCJ ESTRUTURAS DE CONCRETO LTDA	00.516.810/0001-03	1234747614
VAINER LUIS BASSANESI	***.105.***-**	VINO BIER COMERCIO DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA	13.377.469/0001-96	987160231
IGOR LEANDRO DA SILVA MILLER	***.570.***-**	RESTAURANTE JALAPENO LTDA	20.918.982/0001-02	987163437
SCARLET SHAIANA DA COSTA VIEIRA	***.652.***-**	COMERCIAL COSTA VIEIRA LTDA	26.524.844/0001-25	987134453
RAFAEL PERES DE ALMEIDA	***.085.***-**	ESTRELA GESTAO EMPRESARIAL E FRANCHISING LTDA	28.082.102/0001-12	987134990
PAULO SERGIO LEIVAS LOPES	***.826.***-**	GFG RECURSOS HUMANOS LTDA	06.980.067/0001-16	987137428
SIMONE DA SILVA ALVES SANTOS	***.853.***-**	PROVARE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	10.235.815/0001-03	1234854180
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS	***.990.***-**	BSLOG LOGISTICA LTDA.	02.750.331/0001-74	987145034

Nome do contribuinte	Contribuinte	Nome do devedor principal	Devedor principal	Número do procedimento administrativo
MICHELE NINOV DOVIZINSKI	***.553.***-**	MULTICLEAN - LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA	04.206.409/0001-10	987158157
RODRIGO DA ROCHA LIMA	***.856.***-**	ANKORA LOCADORA DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO CIVIL LTDA	08.243.492/0001-58	987163121
SILVANA SILVA RODRIGUES GOBO	***.229.***-**	MARISLOG TRANSPORTES LTDA	27.034.984/0001-88	1208083204